

Um exilado entre os Kaingang: a trajetória de Bartomeu Melià S. J. no Rio Grande do Sul

An exile among the Kaingang: the trajectory of Bartomeu Melià S. J. in Rio Grande do Sul

Clovis Antonio Brighenti¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v22i48.843>

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o período em que o Pe. Bartomeu Melià S.J. morou no Rio Grande do Sul, em Miraguaí, cidade limítrofe à Terra Indígena Guarita, pertencente ao povo Kaingang com presença de uma comunidade Guarani. Melià estava exilado no Brasil depois de ter sido expulso do Paraguai pela ditadura de Alfredo Stroessner. Durante oito anos Melià atuou na coordenação da Pastoral Indígena do Interdiocesano Norte, organização composta pelas dioceses de Frederico Westphalen, Erechim, Passo Fundo e Vacaria, as quais tinham em suas circunscrições eclesiais presença dos povos Kaingang, em sua grande maioria, e um número menor de Guarani. Para analisar a presença de Pe. Melià, percorremos suas publicações e ações realizadas no período, tanto no Interdiocesano como nas atividades acadêmicas desenvolvidas na Fundames e Unisinos. Analisamos entrevistas concedidas a diferentes pesquisadores e agências de notícias, nas quais trata-se sua trajetória acadêmica, profissional e pastoral. Por fim, sem pretensões conclusivas, inquirimos os motivos que levaram a transferência de Melià para o RS e sua pronta saída assim que as condições no Paraguai se tornaram favoráveis. Concluímos que esse foi, de fato, o exílio de Melià, o momento mais difícil de sua trajetória pessoal e pastoral.

Palavras-chave: Melià; Kaingang; Rio Grande do Sul; Pastoral Indígena; exílio.

Abstract: This article aims to analyze the period in which Fr. Bartomeu Melia S.J. lived in Rio Grande do Sul, in Miraguaí, a city bordering the Guarita Indigenous Land, belonging to the Kaingang people with the presence of a Guarani community. Melià was in exile in Brazil after being expelled from Paraguay by the dictatorship of Alfredo Stroessner. For eight years Melià worked in the coordination of the Pastoral Indígena do Interdiocesano Norte, an organization composed of the dioceses of Frederico Westphalen, Erechim, Passo Fundo and

¹ Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

Vacaria, which had in their ecclesiastical districts the presence of the Kaingang peoples, in their great majority, and a smaller number from Guarani. To analyze the presence of Fr. Melià, we went through his publications and actions carried out in the period, both in the Interdiocesan and in the academic activities developed at Fundames and Unisinos. We analyzed interviews given to different researchers and news agencies, in which their academic, professional and pastoral trajectory is discussed. Finally, without conclusive pretensions, we inquire into the reasons that led to Melià's transfer to RS and his prompt departure as soon as conditions in Paraguay became favorable. We conclude that this was, in fact, Melià's exile, the most difficult moment of her personal and pastoral trajectory.

Keywords: Melià, Kaingang; Rio Grande do Sul; Indigenous Pastoral; exile.

1 INTRODUÇÃO

A presença do padre Bartomeu Melià entre os Kaingang², na década de 1980, por cerca de oito anos, não rendeu trabalhos acadêmicos e nem produções pastorais significativas se comparada ao período que esteve no Mato Grosso e no Paraguai pós exílio. Pode-se dizer que Melià fez a “desobriga”, ou seja, uma ação sem engajamento, apenas cumprindo com o dever ao qual foi determinado pelo seu superior. Praticamente não deixou registros. Nas entrevistas concedidas a revistas e portais da Internet, sobre sua vida, esse período é citado brevemente em poucas palavras. Na página da Wikipédia (2021, *s.p.*), os oito anos de Rio Grande do Sul sequer são mencionados:

No Brasil desde 1977, ele alternou pesquisa científica com trabalho como indigenista, principalmente entre os Enawene Nawe de Mato Grosso do Sul [trata-se de Mato Grosso]. No Paraguai, ele alternou seu trabalho de campo entre os Guarani; com pesquisas em etnohistória e etnolinguística.

Nas entrevistas e nas conversas informais nunca mencionou os motivos de sua transferência para a pequena cidade de Miraguaí, na região do Alto Uruguai, depois de quase 30 anos da chegada de Melià, a população era de 4.855 (IBGE, 2010).

Para um exímio pesquisador e escritor é sintomático o fato de que não tenha surgido inquietações que desejasse registrar, inclusive sobre a experiência

² Na região do Alto Uruguai não havia apenas Kaingang. Existiam à época quatro aldeias Guarani, mas esse povo era em menor número e vivia nas terras Kaingang. As demandas e os desafios pastorais de concentravam como os Kaingang.

jesuítica entre os Kaingang, seja no período colonial, seja no século XIX quando a ordem dos jesuítas é restabelecida e seus confrades estiveram em missão entre os Kaingang. Publicou nesse período um pequeno livro denominado *O índio no Rio Grande do Sul: quem foi, quem é e o que espera*, mais como um guia para a ação pastoral que um trabalho acadêmico. Segundo o próprio Melià (2004, s.p.)

[...] um livrinho, para que se pudesse ajudar a compreender o mundo indígena no Rio Grande do Sul [...]. Minha intenção era ressaltar que os padres precisam atender e entender essa população, que é tida como tão marginal. Mais especificamente, atendê-los.

A ação de Melià, seja no campo acadêmico ou na ação social, foi marcada por posições políticas contundentes, inclusive sua expulsão do Paraguai ocorreu por conta de denúncias contra o genocídio do povo Aché-guayakí. Melià (2010) relatou que:

A partir de 1974 eu era também o secretário do chamado Departamento das Missões da Conferência Episcopal Paraguaia. O bispo, que era o presidente, tinha muita confiança em mim, e ele próprio não tinha muito conhecimento sobre os índios, mas era muito aberto. Juntos, começamos a fazer uma denúncia contra o verdadeiro genocídio que estava se dando no Paraguai contra os Aché-guayakí. Essa denúncia chegou à imprensa internacional e até nos Estados Unidos o Congresso teve uma sessão sobre o genocídio. O então presidente paraguaio, o ditador Alfredo Stroessner, ficou muito bravo comigo, expulsando-me do Paraguai. Então, embora eu não fosse paraguaio de nacionalidade, fui exilado. (s.p.).

Na entrevista concedida à revista *Maná*, Melià (2013) descreve que a “questão [Guayakí] virou um problema internacional, chegando aos Estados Unidos (ao congresso norte-americano)”. Mas ele não teria sido o único a ser expulso, foi acompanhado por outros dez jesuítas. Analisando o caso anos após o ocorrido, Melià brincava e fazia menções jocosas ao ocorrido, dizendo que “Os jesuítas são mestres em expulsões”, referindo-se às outras expulsões das colônias até levar a extinção da Ordem no mundo ocidental em 1773. Como castigo ou por coincidência o barco que o transportou de Assunção (PY) a Corrientes (AR) se chamava “Presidente Stroessner” e Melià era o único passageiro.

Sua breve estada em Roma não foi produtiva academicamente. As pesquisas em acervos eclesiais no Arquivo do Vaticano, embora fascinantes, se tornam enfadonhas sem uma prática de campo. Depois de pouco tempo deixou Roma e foi

ao Brasil, que também vivia uma ditadura militar, com características semelhantes às do Paraguai. Em uma entrevista concedida a Maria Isabel Malinowski e Selma Baptista (UFPR) em 2004, Melià revelou que em Roma foi acusado de “comunista” alinhado a Moscou: “fui para o Brasil devido a uma informação que enviaram a Roma dizendo que eu pertencia ao Partido Comunista da linha de Moscou”. Depois de quase 50 anos Melià (2004) zomba da situação, questionando por quê Moscou? “Poderia ter sido da linha chinesa, ou cubana... mas eu era de Moscou! (risos)”. Essa acusação era advinda de sua relação com outro pesquisador dos povos indígenas no Paraguai Miguel Chase-Sardi:

Além disso, dizia-se que eu estava apoiando o programa de Miguel Chase-Sardi, o Projeto Marandú. O que também não era politicamente aconselhável naquele momento [...]. De fato eu nunca trabalhei no Projeto Marandú e sempre mantive reservas a este respeito. (p. 170).

Naquele ano de 1977, quando Melià se mudou para o Brasil, os indígenas estavam em pé de guerra com o governo ditatorial brasileiro. As grandes obras desenvolvimentistas como as rodovias BR 174 (Manaus-Boa Vista) e Transamazônica, as hidrelétricas como Balbina e Itaipu, dentre inúmeras outras obras, revelavam a perversidade do regime militar com relação aos povos indígenas. Mais de 8 mil indígenas foram mortos pelo regime, tendo o exército participado ativamente do massacre dos Waimiri-Atroari que resistiam à abertura da BR 174 (BRASIL, 2014). As doenças levadas pelas frentes de contato da Fundação Nacional do Índio (Funai) dizimaram aldeias inteiras, conforme revelou Rubens Valente (2017). Além das grandes obras de chamado desenvolvimento, haviam ameaças no campo legislativo. O Ministro do Interior Rangel Reis propôs um projeto de lei para emancipar os povos indígenas (BICALHO, 2021). Nas palavras de Dom Tomás Balduino (1979) a emancipação nada mais era que um projeto para se apropriar das terras indígenas. Rebeliões e revoltas contra o regime tutelar se faziam ecoar em todas as regiões brasileiras. Era, portanto, um campo fértil para Melià se inserir na temática indígena no Brasil.

Melià se estabelece no Mato Grosso, na Missão Anchieta, lugar de onde nascera a Operação Anchieta (Opan)³ e de certa maneira o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A Missão com povos indígenas no Mato Grosso também

³ Atualmente se denomina Operação Amazônia Nativa e não está mais vinculada aos jesuítas.

estava em ebulição, outras experiências de vivência missionária como o projeto das Irmãs de Foucault e sua experiência singular de evangelização (PREZIA, 2003) e as iniciativas em educação escolar indígena, evidenciavam potencial formidável de mudança. As novas experiências em educação escolar renderam reflexões extraordinárias de Melià e inspiraram a publicação do livro *Educação Indígena e Alfabetização*, em 1979. Esse livro segue sendo referência para trabalhar com o tema da educação escolar indígenas em todo o Brasil.

No estado do Mato Grosso, Melià não se sentia exilado, estava “livre” e se reencontrou com o universo indígena, não com os Guarani, porque estes estavam distantes, mas com um mundo em ebulição, como os Enawenê-nawê (povo indígena da família Aruák) de recente contato. A temática indígena estava em ascensão nos espaços eclesiais e acadêmicos. Em que pesem essas novidades e a imersão de Melià nesse universo novo, a província decidiu transferi-lo para Miraguai, uma paróquia nova de criação, e que estava sendo assumida pela ordem jesuíta, localizada a poucos metros do limite da Terra Indígena Guarita (Figura 01) que viria a ser atendida pelos padres daquela paróquia. A província justificava a presença de um padre que conhecia a temática indígena, mas, Melià não era o único.

Figura 01 –TI Guarita e sua proximidade com a cidade de Miraguai



Fonte: Composição pelo autor com base no Google Maps.

Quando Melià foi transferido para Miraguá ele estava no Brasil a pouco mais de quatro anos, com experiência pastoral no estado do Mato Grosso, contexto muito distinto dos povos indígenas no Sul do país. Com relação aos Kaingang, pouca experiência e conhecimento existia no interior da ordem Jesuíta sobre esse povo. A Companhia de Jesus teve presença entre os Kaingang, mas nada que justificasse uma tradição e até um “retorno” de um padre para atuar junto a esse povo. Era uma proposta de trabalho isolado, sem uma equipe de apoio e sem bases políticas e teológicas, a não ser a Doutrina Social da Igreja.

É certo que os Jesuítas tiveram contato com os Kaingang nas reduções do Guairá, na primeira metade do século XVII. Das quinze reduções criadas (PARELLADA, 2009) ao menos em cinco delas tinha presença Kaingang, se não exclusivamente, mas com presença de pessoas desse povo (MELIÀ, 1986). Após a destruição dessas reduções pelos escravocratas paulistas (bandeirantes) e o êxodo das últimas reduções que restavam, para o Sul, atual província de Misiones (AR), cessou a experiência de relações de jesuítas entre os Kaingang, ao menos até a supressão da Ordem Religiosa em 1773.

Com a revogação da supressão, em 07 de agosto de 1841, pelo papa Pio VII através da Bula *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*, a Companhia de Jesus voltou a existir. Nessa mesma época as províncias de São Pedro (Rio Grande do Sul) e Paraná estavam reduzindo o território Kaingang entregando as terras de povo ao latifúndio e confinando os Kaingang em minúsculos espaços, os “aldeamentos”, criados por força do Decreto Nº 426 de 24 de julho de 1845, conhecido como *Regulamento Acerca das Missões de Catechese e Civilização dos Índios* (CUNHA, 2002).

Mas, as províncias e suas elites locais já gozavam de autonomia no trato da temática indígena por força da Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, também conhecida como Ato Adicional, que alterou a Constituição de 1824.

O ato conferiu maior autonomia às províncias, atribuindo às assembleias legislativas o poder de legislar sobre uma gama variada de assuntos, cumulativamente com a assembleia e o governo geral, o que incluiu “a catequese, e civilização dos indígenas, e o estabelecimento de colônias” (BRASIL. Ato Adicional (1834), art. 5). Este reordenamento reviu o arranjo político-institucional centralizado e unitário definido pela Constituição de 1824, dando maior autonomia às elites locais. Isso significou que nas províncias onde a

presença indígena era mais forte se legisse em benefício dos interesses locais, verificando-se a elaboração de diretrizes próprias para o tratamento da temática, inclusive anti-indigenista. (MAPA, 2016, s.p.).

Esse pode ser considerado o início do processo de desestruturação da autonomia econômica e social Kaingang. Por conta da resistência Kaingang a província do Paraná convocou os Capuchinhos italianos, e lamentava a cada *Relatório de Presidente de Província*, que não se fazia mais missão como os jesuítas fizeram dois séculos antes (BRIGHENTI, 2012). A província de São Pedro convocou os Jesuítas para a missão. As elites locais esperavam que a doutrinação religiosa acalmasse os Kaingang e que esses fossem se integrando paulatinamente à sociedade nacional pelo “ofício”, ou seja, através de uma profissão. Os Jesuítas ficaram por 09 anos (1845-1854) entre os Kaingang.

De acordo com Marcon (1994, p. 115), “o primeiro jesuíta que visitou os índios, habitantes das matas, foi o Pe. Antonio de Almeida Leite Penteador”. Marcon relata ainda que em 1945 o Pe. Leite partiu de Porto Alegre, via Cruz Alta, e de lá seguiu para “Guarita”. Esse percurso entre Cruz Alta a Guarita foi escoltado pela Polícia Militar.

A partir de 1948, outros jesuítas se somaram ao Pe. Leite, que passaram a dividir-se em grupos para atender outros aldeamentos. O trabalho durou poucos anos. Marcon (1994, p. 118) destaca os conflitos entre a proposta de atuação dos jesuítas com o poder público:

Após alguns anos de trabalho, os missionários retiraram-se dos aldeamentos por causa de conflitos com o poder Executivo e com o Legislativo Provincial. A argumentação do Legislativo era de que o trabalho dos jesuítas estava dando poucos resultados e com altos custos aos cofres públicos. A assembleia posicionou-se contra a continuidade do trabalho dos jesuítas e decidiu, em 1952, entregar os aldeamentos aos cuidados dos padres capuchinhos. No entanto, em 1954 os próprios parlamentares revigoraram o decreto, devolvendo os aldeamentos para os jesuítas.

Os trabalhos, na avaliação de Marcon, não foram satisfatórios, não por conta da falta de empenho dos padres, mas pelo contexto a que os Kaingang estavam submetidos. Também tiveram dificuldades de conhecer profundamente os Kaingang, sua cultura e organização social. Os Kaingang estavam em um contexto novo, pressionados a abandonar seu modo de vida e adotar o modelo

imposto pelo Estado. Os avanços destacados pelos padres, depois de quase uma década de convívio, eram as práticas agrícolas, a segurança pública das fazendas, já que os indígenas não representavam mais uma ameaça e alguns sacramentos e rezas que os Kaingang teriam aprendido como a “Ave-Maria”, o “Pai Nosso” e “mandamentos”.

2 O CHAMADO DOS BISPOS DO ALTO URUGUAI

Após deixar os trabalhos no Mato Grosso, no início da década de 1980 [1981]⁴, Melià estabeleceu-se na pequena cidade de Miraguaí, no noroeste do Rio Grande do Sul, vinculado à paróquia Senhor Bom Jesus, administrada pelos Jesuítas, com poucos anos de existência⁵, pertencente à diocese de Frederico Westphalen. As fontes não informaram os motivos do estabelecimento naquela região. Encontramos uma breve menção na entrevista concedida à revista *Mana* (MELIÀ, 2013, p. 196) sobre a mudança para o RS: “Deixei o Mato Grosso e fui para os Caingangue. Entre eles era outra situação, completamente distinta.”

Numa breve biografia publicada na revista do IHU Melià narra que:

Fui nomeado como superior da Missão Anchieta de Mato Grosso, que depende da Província Jesuíta do Rio Grande do Sul. Exerci essa função por dois anos, mas fiquei doente. Não foi nada de grave, simplesmente parasitas. Vim para o Rio Grande do Sul e me ocupei por oito anos na pastoral dos índios caingangues e guarani. (MELIÀ, 2010, s. p.).

A paróquia estava necessitando de padres para trabalhar junto ao povo Kaingang. A paróquia, como a cidade de Miraguaí, fica no limite da Terra Indígena Guarita conforme dito acima, já a outra parte da referida Terra Indígena localiza-se no município de Tenente Portela. Os bispos das dioceses com presença Kaingang à época – dioceses de Frederico Westphalen, Erechim, Passo Fundo e Vacaria – desejavam criar um trabalho “pastoral” junto aos Kaingang.

⁴ Há uma dúvida sobre a data da estada de Melià no RS. Melià menciona que esteve 08 anos no RS. O retorno ao PY teria ocorrido assim que depuseram Stroessner, em 1989. No relatório do Cimi Sul (1991, p. 16) “De 1982 a 1990 o Pe. Barthomeu Meliá [sic] foi o Coordenador de Pastoral Indígena do Interdiocesano Norte RS, que compreende as dioceses de Frederico Westphalen, Passo Fundo, Erechim e Vacaria”, mas outros documentos mencionam a saída dele em 1989. Em entrevista ele afirma que em 1990 já estava novamente em Assunção.

⁵ A Paróquia Senhor Bom Jesus foi instalada no dia 26 de fevereiro de 1978. Disponível em: <http://www.diocesefw.com.br/pagina/33>. Acesso em: 18 nov. 2021

O trabalho pastoral junto aos Kaingang não era tarefa fácil para a igreja católica, estava mais para um desafio. O preconceito com que setores da igreja e sociedade regional viam essa população, desencorajava e desestimulava qualquer trabalho. A igreja mantinha uma ação de “desobriga”, ou seja, esporadicamente fazer visitas às comunidades para as celebrações eucarísticas e aplicar os sacramentos. Melià (2013, p. 196) descreve assim sua atuação na região:

Os Caingangue, já naquela época, tinham um grupo de católicos e, a princípio, eu era coordenador das quatro dioceses. Eu os visitava. Eu morava em Miraguaí, no Rio Grande do Sul. Quando os índios iam para as paróquias, nós, padres, procurávamos atendê-los. Se eles pedissem o batismo, batizávamos, se não, tudo bem.

Em outra entrevista, concedida em 2004, Melià se posiciona sobre os sacramentos, sem colocá-los como tema central da missão: “Se o indígena vem pedir batismo, é bom batizá-lo. Eu mesmo realizei alguns batismos, mas procurando que fossem registrados com seu nome indígena. Estas pessoas merecem uma sincera atenção”.

Em 23 de abril de 1972 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) havia criado o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) para ser a pastoral que atuaria com os povos indígenas. Ocorre que a partir de 1974 o Cimi mudou de atitude, ao invés de ser colaborativo ao Estado, como era o desejo de alguns bispos, adotou uma postura de apoio intransigente aos povos indígenas, pelo qual gerou uma enorme animosidade com o governo militar brasileiro, inclusive rompendo relações com a Funai. O Cimi passou então a apoiar as assembleias indígenas (SCHWADE, 2021) e as ações dos povos indígenas pela conquista das terras (BRIGHENTI, 2021). A partir do escritório regional, localizado na cidade de Xanxerê (SC), o Cimi Regional Sul apoiou encontros de indígenas com religiosos, encontro de indígenas entre si e finalmente as mobilizações indígenas a partir do final do ano de 1977 e todo ano de 1978, na expulsão dos invasores e arrendatários das terras Kaingang. Nas Terras Indígenas Rio das Cobras (PR), Nonoai (RS) e Xapecó (SC) ocorreram os principais movimentos que se espalharam para outras terras indígenas. As paróquias e a maioria das dioceses não apoiavam esse tipo de intervenção proposto pelo Cimi, preferiam o trabalho catequético e sacramental.

Essas ações dos indígenas surpreenderam a Funai, que não esperava atividades dessa ordem, embora estivesse monitorando o movimento indígena

através da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), braço do Serviço Nacional de Informações (SNI), ou seja, a espionagem e arbitrariedades cometidas pelos militares no poder. Porém, a partir da ação dos Kaingang a Funai militarizada, imediatamente se reorganizou e criou uma barreira para impedir que essa prática de Igreja proposta pelo Cimi se fizesse presente nas comunidades indígenas. Para isso, os chefes de postos interferiram e pressionaram os caciques para não aceitar a presença do Cimi.

Através de discursos caluniosos contra o Cimi, dizendo que este somente criava confusão nas comunidades, a Funai criou animosidade entre grande parte das direções das dioceses com o Cimi. Com exceção das dioceses de Chapecó e Rio do Sul em Santa Catarina, e Foz do Iguaçu (PR) as demais dioceses dos estados do Sul preferiram criar suas próprias pastorais indigenistas, não articuladas com o Cimi. A partir de 1979, o Cimi Sul apoiou a demarcação da TI Toldo Chimbangue, em Chapecó (SC), do povo Kaingang, que estava toda ela ocupada por camponeses com título da terra registrado em cartório. Apoiou também os Guarani do Ocoy/Jacutinga, em São Miguel do Iguaçu (PR) que estavam por ser expulsos pela Itaipu Binacional sem qualquer reconhecimento de direitos. Esses dois casos evidenciaram décadas de descaso do Estado e questionaram profundamente a política atual do órgão, motivo pelo qual a Funai decidiu tratar o Cimi e a igreja articulada nessa prática evangelizadora, como inimigo.

Melià logo percebeu que no Rio Grande do Sul havia problemas até então não enfrentados por ele no Mato Grosso, em especial a ação nefasta da Funai sobre os indígenas, inclusive com tentativas de controlar os trabalhos da igreja. “Foi durante esta experiência que eu me deparei com um problema, que não tinha tido até então: a FUNAI. Muito amável, mas era uma amabilidade que me afastava de uma convivência mais efetiva com os indígenas” (MELIÀ, 2013, p. 196). A atitude “amável” do chefe de posto com Melià evitava o contato dele com os indígenas e mantinha o controle sobre o trabalho pastoral, evitando que nenhuma denúncia de indígenas pudesse ameaçar as ações ilegais e violentas da Funai. Nos anos 1980, a Funai militarizada, aprofundou seu controle sobre os Kaingang e sobre todas as pessoas que se aproximavam das comunidades. A intenção primeira do órgão indigenista era manter os “esquemas” de exploração das terras e da madeira existente nos territórios desse povo. A Funai tinha na sua perversa dinâmica tutelar a prática da “portaria”, pela qual todo o indivíduo (indígena ou

não) precisa desse documento assinado pelo chefe de posto para sair ou chegar na TI. O Chefe de Posto da Funai era a autoridade polícial e repressora nas terras indígenas, por sua vez os caciques que não fizessem o “jogo” da Funai eram afastados. A presença de Melià, com olhar diferenciado da média comum da igreja local sobre os indígenas, gerava inquietação no chefe de posto ao ponto de não permitir que circulasse livremente pela Terra Indígena.

Melià segue relatando o problema que enfrentou para circular livremente pela comunidade:

Refiro-me, precisamente, à amabilidade, ou melhor, à suposta amabilidade deles.... Eu morava na casa do chefe do posto, fazia as refeições nesta mesma casa, e não tinha como escapar desta situação. O que implicou diversos problemas, como a dificuldade de comunicação com a comunidade. Eu não sabia a língua, tentei aprendê-la [...]. (MELIÀ, 2013, p. 196).

A maioria dos padres, que não tinham compromisso com os indígenas, em suas visitas de desobriga se sujeitavam a essa “amabilidade” e comodismo e assim evitavam se relacionar com os problemas enfrentados pelos indígenas. A ação do Cimi questionava esse comodismo e convivência com as práticas tutelares e violências institucionais. Ao articular um trabalho regionalizado com todas as comunidades Kaingang no RS, Melià percebeu que além dos problemas decorrentes do regime militar e da política indigenista tinha questões internas da dinâmica sociocultural Kaingang e das relações interétnicas.

Eu ia a lugares como Ligeiro, Guarita, rezava missa, e percebi que, entre eles, se você fosse amigo de uns, não podia ser amigo de outros. Ou melhor, não é que não pudesse ser, e sim que não havia ocasião de conversar com outras pessoas. (p. 196).

Porém, o contexto que mais gerava inquietação em Melià eram as relações interétnicas, em especial a exploração econômica das terras indígenas praticada por não indígenas e a violência resultante desse processo. O episódio que mais marcou o período que Melià esteve no Rio Grande do Sul foi o conflito, em 1985, que deixou um saldo de 5 mortos, interrompendo processos de relações internas que estavam em curso. O conflito teria sido motivado pelo arrendamento das terras. “Além disso, houve uma guerra lá, morreram 5 pessoas e a situação interna deles interrompeu o processo de aprendizagem da língua” (MELIÀ, 2004, p. 170).

A partir da cidade de Miraguai, Melià passou a atuar também como professor no Centro de Cultura Missioneira da Fundação Missioneira de Ensino Superior (Fundames) em Santo Ângelo. Na sua narrativa, o trabalho como docente era uma necessidade para manter-se, ao qual expressou que “cada vez mais, eu tinha que trabalhar como professor, em Santo Ângelo, por exemplo”. Foi nesse período que impulsionou sua característica de registrar e sistematizar conhecimento.

Neste período, em Santo Ângelo, finalizei, ao menos, dois produtos: O Guaraní: uma bibliografia etnológica (1987) e Guaraníes y jesuitas en tiempo de las misiones. Una bibliografía didáctica (1995). Eu também lecionei na Unisinos, de onde saíram algumas pessoas que se lembram de minha passagem por lá, dos cursos que ofereci, e ainda hoje me agradecem. Bem, mas se alguém vai para uma universidade é para fazer isto [...]. Fiz o natural. (MELIÀ, 2013, p. 196-97).

Mesmo com o tempo dividido entre as comunidades indígenas e o trabalho docente na Fundames, Melià percebeu que sua atuação poderia ser mais efetiva se ao invés de desenvolver individualmente o trabalho, pudesse fazê-lo articulado com as pessoas das paróquias e dioceses que já atuavam na desobriga. Sua meta era transformar o trabalho da desobriga e sacramental em trabalho pastoral, para tanto criou um espaço coletivo denominado Pastoral Indígena do Interdiocesano Norte (RS), sendo ele o coordenador.

No relatório produzido pelo Cimi Sul, em 1991, por ocasião da avaliação dos 20 anos de atuação, consta essa iniciativa: “De 1982 a 1990 o Pe. Barthomeu Meliá [sic] foi o Coordenador de Pastoral Indígena do Interdiocesano Norte RS, que compreende as dioceses de Frederico Westphalen, Passo Fundo, Erechim e Vacaria” (CIMI SUL, 1991, p. 16). Sua prática reaproximou o trabalho das dioceses do Alto Uruguai com a ação do Cimi, que de acordo com o Cimi Sul

O relacionamento dessas quatro dioceses com o Cimi Sul não era dos melhores desde que o Pe. Egon Heck deixou a Coordenação Regional do Cimi, no início de 1979. A partir dali houve um gradativo afastamento, que culminou com a liberação de um padre para a coordenação da pastoral indigenista na região, desconsiderando-se o Coordenador do Cimi. (p. 16).

Melià passou a organizar encontros das pessoas que mantinham relacionamento com as comunidades indígenas: “No Rio Grande do Sul, continuavam os encontros de pastoral indigenista organizados pelo Meliá (sic), com a presença

de bispos e vigários” (CIMI SUL, 1991, p. 32). Posteriormente passou a organizar encontros de indígenas, em especial com jovens. Para evitar atritos com os chefes de posto e alguns caciques, passou a denominar de encontros de catequistas. Assim, a formação acontecia na perspectiva da Teologia da Libertação, evitando o sacramentalismo, comum na prática da igreja. “Em 1986 começam os Encontros de Catequistas Indígenas, envolvendo as mesmas paróquias” (p. 32).

Após pouco mais de uma década de exílio Melià regressou ao Paraguai. Fica muito evidente, a partir de sua entrevista em 2010, que bastou a queda do general e ditador Alfredo Stroessner em 1989, resultado de um golpe de estado, para que Melià regressasse a aquele país. Sua memória sobre o retorno revela que de fato Melià sentia-se exilado não apenas em Roma, mas também no Brasil. Embora os trabalhos desenvolvidos com os Kaingang tenham sido importantes no sentido de abrir as portas das dioceses e paróquias para a temática indígena, de pensar em ações articuladas rompendo com os ativismos isolados e de reaproximar a ação das igrejas locais com o Cimi, ele estava insatisfeito e, não escondia a dificuldade de atuar no Rio Grande do Sul.

Imediatamente, voltei para o Paraguai. Em 1990 já estava radicado nesse país, onde vivo até hoje. Agora vou raramente para o mato, nas aldeias, mas sigo com uma atividade concreta de acompanhamento de perto de diversos grupos guarani e, sobretudo, no campo da educação, o que para mim é uma preocupação constante. No meu ponto de vista, a educação indígena continua sendo muito colonial, como é o caso daquela oferecida pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Só na Bolívia essa situação mudou um pouco. (MELIÀ, 2010, *s.p.*).

O Cimi regional Sul lamentou a saída de Melià:

Com a saída do Pe. Meliá [sic] em 1990, desfez-se o Inter diocesano Norte. A diocese de Frederico Westphalen, no entanto, ainda não reconhece a legitimidade da atuação do Cimi, e escolheu a Ir. Rosirene Nascimento como Coordenadora de Pastoral Indigenista da diocese. (1991, p. 16).

O desconforto do Cimi Sul era justificado, não faltaram esforços para a reaproximação das dioceses, em especial Frederico Westphalen, local onde ocorreu uma assembleia indígena nacional, local onde o movimento indígena fez um dos mais fortes movimentos contra o arrendamento das terras, em 1978⁶. No relatório

⁶ Em maio de 1978, os Kaingang da TI Nonoai, cansados de esperar a ação da Funai, decidem

do Cimi Sul (1991) consta que no ano de 1986 a coordenação adotou “nova política” que consistia em aproximar-se da Igreja do Sul do Brasil. Desejavam que as dioceses assumissem financeiramente novos Agentes de Pastoral Indigenista que atuassem em tempo integral com os povos indígenas e articulados com o Cimi.

Isto decorreu da convicção de que não bastaria uns poucos ‘iluminados’ para fazer avançar a luta indígena. Qualidade e quantidade deveriam andar juntas e dificilmente o CIMI conseguiria mais recursos para aumentar, significativamente o nº de agentes. (1991, p. 16).

A atuação de Melià foi de aproximação total com o Cimi. Ele participava ativamente das ações, como assembleias e encontros, convidava membros do Cimi para as atividades no Interdiocesano Norte além de assessorar as atividades do Cimi, como o encontro que aconteceu em janeiro de 1987 com os missionários do Cimi Sul,

liberados para a Pastoral Indigenista, na abrangência do Regional (independentemente da fonte financiadora). Contou-se com a assessoria metodológica e política de Chico Maroki (CPT) e antropológica do Pe. Bartolomeu Meliá [sic] (Coordenador da Past. Indigenista do Alto Uruguai-RS). (CIMI SUL, 1991, p. 53).

Diante do contexto de oposição ao Cimi por algumas dioceses e paróquias, Melià não apenas manteve e garantiu o diálogo com as paróquias e dioceses, como propõe como ação pastoral a perspectiva do diálogo intercultural e inter-religioso com as comunidades indígenas, prática que era comum no Cimi.

3 PROPOSTA PASTORAL PARA O POVO KAINGANG

Certamente, Melià não imaginava o contexto de exploração, controle e opressão que viviam os Kaingang. Sua experiência com os Enawenê-nawê e com os Nambikwara, povos que naquele momento histórico estavam entrando em contato com a sociedade nacional, era algo totalmente distinto. O contato permanente dos Kaingang com a sociedade nacional era de 1810. Os Kaingang possuíam fragmentos minúsculos de seu território que sequer atendia a sobrevivência física. Confinados nas pequenas “reservas” eram controlados pelos chefes de posto, a miséria e a fome eram cotidianas na vida desse povo.

expulsar as mais de 1200 famílias de arrendatários e invasores de suas terras (BRIGHENTI, 2012).

Alguns anos antes da chegada de Melià ao Rio Grande do Sul, os Kaingang haviam expulsado milhares de arrendatários das TIs Nonoai, Xapecó e Rio das Cobras. A tensão cresceu em outras terras indígenas na região, que também tinham arrendatários. Na TI Guarita cerca de 09 mil hectares estavam arrendados. Os arrendatários, temendo a expulsão, provocaram desavenças entre os Kaingang para estimular conflitos e assim continuar usufruindo da ilegalidade do arrendamento. Em 1983, logo após a chegada de Melià ocorreu um conflito “interno” que resultou na morte de cinco (5) indígenas. Melià (2013, p. 197) referiu-se a “uma espécie de guerra civil entre eles”. Melià ficou estarecido com o ocorrido, mas, mais estarecido ainda ao constatar que apesar de grande parte dos indígenas portarem armas de fogo na cintura, todas as cinco mortes foram resultado de golpes de cacete.

A solução proposta pela Funai foi dividir a Terra Indígena Guarita em duas, com duas lideranças, mas os conflitos seguiram por alguns anos, enquanto persistiram os arrendamentos e a venda de madeira nativa. Melià constatou que o preconceito e a intolerância por parte da sociedade regional com relação aos Kaingang eram enormes. Na igreja católica não era distinto, o preconceito era rotina. Mesmo entre aqueles que acreditavam que a igreja deveria ter outra postura com os povos indígenas, manifestavam preconceitos. Melià constatou que para superar o problema do preconceito era necessário trabalhar com formação e informação.

Na assembleia diocesana de Frederico Westphalen, em julho de 1984, foram definidas as prioridades para o Plano Pastoral. Dentre as prioridades estava justamente a conscientização das comunidades sobre “a realidade de nossos irmãos índios, com vistas a receber os povos Kaingang e Guarani como povos de Deus na Igreja particular, aceitando-os com todas suas diferenças e valores específicos” (MALDANER, 1984, p. 1). Para que esse trabalho de conscientização pudesse acontecer, o Pe. Bartomeu Melià “coordenador da pastoral indigenista do Interdiocesano Norte”, elaborou um pequeno livro, com 31 páginas, tamanho A5 com “dados e informações sobre os índios Kaingang e Guarani em nossa diocese”, explicava o bispo Maldaner.

O livro traz na capa uma imagem que conecta a região ao mundo indígena (Figura 02). São gravuras de araucária, árvore presente na região, fundamental para prover alimentos aos indígenas com suas sementes. Também é utilizado

pelos Kaingang em espaços de seus rituais como o *Kiki* ou *Kikikoy*. Para a população regional foi importante fonte de renda, mas ao mesmo tempo gerou sua quase eliminação, restando na memória uma espécie de nostalgia por algo irracionalmente destruído. De certo modo, os Kaingang estavam representados nessas araucárias.

Figura 02 – Capa do livro de autoria de Bartolomeu⁷ Melià S.J.



Fonte: Acervo do autor.

⁷ Na obra está grafado Bartolomeu Melià e não Bartomeu Melià.

Esse foi o segundo e provavelmente o último material, em forma de livro ou artigo, produzido por Bartomeu Melià sobre os Kaingang, sendo que o primeiro artigo foi publicado anos antes de sua transferência para o Rio Grande do Sul⁸. Não era uma obra exclusiva sobre os Kaingang, ela abrangia a população indígena no Rio Grande do Sul, em especial os Kaingang e Guarani que se faziam presentes naquelas dioceses do Interdiocesano Norte. Com toda sua capacidade intelectual e sensibilidade social, sistematizou em poucas páginas um importante acervo documental sobre esses povos. Usou uma linguagem menos acadêmica, mas com o mesmo rigor intelectual, a fim de dialogar com aquele público que conhecia o “bugre” mas não o Kaingang, e que sabia da existência do Guarani da época dos “Sete Povos”, que aliás é orgulho dos gaúchos, mas desprezava os Guarani que viviam em Tenente Portela, Nonoai, Erechim e Caciue Doble⁹.

No primeiro subtítulo “o índio, esse desconhecido”, Melià (1984, p. 3) menciona:

você, como a maioria dos vizinhos desta região do Alto Uruguai, os chama com o apelido de **bugre**. Talvez com uma certa compaixão, você fala deles como **nossos índios**”. Essa frase com destaque para bugre e nossos índios, era na real um chamamento para conhecer essa população, em especial “onde estão e qual a situação deles? Que fazem? Que esperam?”

Além dos aportes da história desses povos no RS.

O texto é dirigido a um público geral, com conteúdo que incidia na superação do desconhecimento sobre os povos indígenas e seu forte e enraizado preconceito. O texto buscou uma linguagem na primeira pessoa, tentando uma aproximação com os destinatários da obra:

Meu amigo leitor você que talvez é agricultor ou filho de agricultor, comerciante ou funcionário, professor, médico ou advogado, padre ou freira; quem sabe vereador ou prefeito; você quer dar a mão ao Índio, quer saber o que fazer. (MELIÀ, 1984, p. 27).

⁸ Ele havia publicado um artigo denominado *Informação etnográfica e histórica sobre os Kaingáng do Rio Grande do Sul* no Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missionários, em 1979, dois anos após chegar ao Brasil. Esse artigo, com algumas modificações, foi publicado em 1983 na Revista do Museu Municipal de Paulínea.

⁹ À época estavam presentes em outras regiões do estado, como Porto Alegre, Viamão, São Miguel das Missões etc, mas nos referimos unicamente a presença Guarani em aldeias nas 4 dioceses do Alto Uruguai.

Na sequência, o texto apresenta quatro propostas de diálogo, ou naquilo que ele chamou de “dar a mão”, com os indígenas. A primeira delas incidia em buscar informações fidedignas para superar os preconceitos: “1º- Procure se informar e estudar a verdadeira história dos índios. Não se deixe levar pelos preconceitos”. Na sequência chama atenção para o respeito aos indígenas, porque identificou que as pessoas, mesmo se considerando “civilizadas” e sendo esse conceito empregado como sendo superior ao outro, não tinham sequer respeito pelo indígena. “2º- Não despreze o índio, mesmo quando está numa situação miserável. O respeito engrandece as pessoas”. Como proposta três, ele pede que seja respeitada a autonomia dos povos indígenas, que eles tenham condições de decidir seus rumos. “3º- Deixe o índio em paz. Ele sabe e pode resolver a maioria dos seus problemas, se ele não é atrapalhado na sua caminhada. Séculos a fio, ele viveu na abundância sem a falsa ajuda do branco”. E por fim apela para a defesa dos direitos indígenas, pede que a sociedade auxilie os povos indígenas participando do processo de defesa de seus direitos: “4º- Lute, como você puder, para que a legislação sobre o índio seja respeitada e cumprida. Todos sairemos ganhando” (MELIÀ, 1984, p. 27).

Conclui seus apontamentos apelando para que a sociedade regional respeite os indígenas e seus processos de autonomia. Insiste que o tratamento dispensado aos indígenas revela o que nós somos e não quem são eles.

Saiba e acredite, de todos os modos, que o povo indígena, como qualquer outro povo, deve fazer a sua libertação por si mesmo. Isso ele conseguirá conservando as suas terras, sendo dono de seus recursos, mantendo a língua e suas tradições, sabendo se opôr às falsas lideranças de dentro e de fora, elegendo chefes autênticos que, como antigamente, procurem mais ou bem da tribo do que a ganância própria.

Seus índios são tratados mais humanamente, somos nós que nos tornamos mais humanos. (p. 27).

Melià não ignora os temas sociais, em especial os arrendamentos de terra, tampouco evita tocá-lo em sua obra, porque sabia que esse era o maior desafio para os Kaingang e para as relações interétnicas na região. Apesar de que, em diversas Terras Indígenas no Sul do Brasil, os Kaingang e Guarani conseguiram expulsar os arrendatários e intrusos entre 1977 a 1979, em Guarita a situação era distinta. Ali, havia outra espécie de arrendatários, que viviam fora da TI e usavam o território Kaingang para plantar soja e outros produtos. Para manter

os arrendamentos precisavam do apoio dos Kaingang e como havia diferentes posições entre os líderes indígenas, incitar a discórdia entre eles foi a estratégia adotada. No pensamento dos arrendatários, com os indígenas divididos facilitaria a exploração das terras. Esse tema aparece na obra de Melià:

Por exemplo, o negócio dos arrendamentos de terra indígenas. Estão proibidos porque privam os índios de sua terra, geram muita corrupção e provocam até brigas entre os mesmos índios, como aconteceu em Guarita em junho de 1983, quando num conflito entre índios morreram cinco e ficaram feridos treze. A lei fala claramente contra esses arrendamentos; a FUNAI fala também que não os permite, mas eles continuam. Perto de 10.000 ha estão sendo arrendadas, e de fato roubados, porque o índio é enganado e nem sequer recebe o pagamento direito, o equivalente de um saco de soja por hectare, quando daí são tirados pelos menos vinte sacos. (1984, p. 26).

O tema foi tratado com relevância ao ponto de trazer estampada uma foto publicada pelo Jornal Zero Hora de Porto Alegre, do momento do funeral dos 5 indígenas que morreram no confronto em junho de 1983. O tema era justamente a relação que estava estabelecida entre a sociedade regional e os indígenas. De certo modo a sociedade regional era responsável por essa tragédia.

Figura 03 – “Enterro dos mortos no conflito de junho de 1983, em Guarita”



Fonte: Zero Hora apud Melià, 1984 (p. 26).

No subtítulo intitulado “Muita terra para pouco índio?” Melià aborda o tema das terras, outro ponto de caráter social que a Igreja tinha pouco interesse em enfrentar. Com muita maestria sintetiza o desafio, alertando para a quantidade ínfima de terras reservadas aos indígenas e do processo histórico de violência e exploração por que passaram. De fato, o tema das terras aparece como central nos debates durante as assembleias indígenas (MOURA, 2021).

Isto já não é mais verdade. Os índios do Rio Grande do Sul não dispõem de uma colônia (25 ha) de terra por família. E a população indígena está, graças a Deus, aumentando. Guarita já tem 2.953 índios; é de se prever que para o ano 2.000 eles serão talvez o dobro. O mesmo pode se dizer das outras áreas. Com o tempo, pode-se esperar que os índios, mais consciente de seus direitos, reclamem de volta o que lhes foi tirado como já aconteceu em Nonoai, em Cacique Doble, e como está acontecendo em Inhacorá no Rio da Várzea e Iraí. (MELIÀ, 1984, p. 23).

Com maestria aborda o tema da expulsão dos arrendatários em Nonoai, como algo necessário. Esse tema foi sentido pela sociedade regional como um duro golpe, porque, além de identificação étnica com os arrendatários, não admitiam que os indígenas fossem capazes de tal façanha. De fato, eram famílias de camponeses, a maioria pobres (BRIGHENTI, 2012), mas a identificação com essas famílias foi imediata, não necessariamente a partir do vínculo social, antes de tudo era uma questão de identidade, ou seja, os indígenas eram inimigos e cruéis. Melià contextualiza o processo e mostra que os indígenas eram protagonistas e deveriam ser respeitados.

Você talvez se lembra do que aconteceu em Nonoai. Os índios, vendo as suas terras intrusadas, expulsaram os colonos, muitos deles com 16 anos de moradia no lugar. Na madrugada de 4 de maio de 1976 incendiaram sete escolas municipais que funcionavam dentro da área. Esses colonos ficaram sem terra, é certo. Muitos achavam que os índios tinham sido duros demais com ela pobreza. Mas os índios já sabiam que a intrusão de colonos pobres, os casamentos mistos de índios e brancos, o sistema de vida do branco, no fim acabam com as outras terras e outros cursos dos índios, como já tinha acontecido em Serrinha, em Ventarra e em Caseiro, cujas áreas foram liquidadas por completo e os índios expulsos. É por isso que os índios tiveram que expulsar os brancos..., não por maldade, mas pelo futuro deles mesmos e das próprias crianças. Aliás, está bem demonstrado que a ocupação das terras dos índios não é solução para os problemas dos Sem Terra. (MELIÀ, 1984, p. 23).

Pelos registros deixados na obra “o índio Kaingang no Rio Grande do Sul”, percebe-se que Melià compreendeu bastante rapidamente o contexto de violência que esse povo estava submetido. Entendeu que a Funai no Rio Grande do Sul tinha uma prática extremamente controladora, que o exercia com força para se apropriar da exploração econômica das terras indígenas. Compreendeu logo que os Kaingang foram usurpados de suas terras e o que restava naquele momento era uma fração minúscula do território, e mesmo esse a sociedade regional estava explorando. Constata e pergunta Melià (1984, p. 21): “[...] um dos maiores problemas das áreas indígenas é recuperar e revitalizar o que foi maltratado e destruído. E isso é responsabilidade de quem?”. A Igreja e a sociedade regional perceberam que Melià não veio para o RS para “evangelizar” os indígenas, mas para evangelizar os não indígenas, esses precisavam ser evangelizados, civilizados, educados na convivência humana.

Contrariando à experiência pretérita de Melià, os Guarani pouco aparecem no texto. Certamente não foi por esquecimento ou menosprezo. Melià buscou estabelecer a crítica à sociedade regional sobre sua relação violenta contra os indígenas no passado e no presente. Essa relação era fundamentalmente com os Kaingang, que em maior número estavam presentes no cotidiano da sociedade regional, ocupavam as ruas das cidades e os noticiários, estavam presentes nas beiras de estradas com seus acampamentos vendendo artesanatos e faziam parte da memória de uma violência recente que os regionais queriam apagar.

Sobre os Guarani, Melià observa que aquela população dos Sete Povos¹⁰ teria virado gaúchos. E que os Guarani que aparecerem nesse século XX não seriam descendentes daqueles dos sete povos, “mas vem de uma tribo diferente, que são os Mbya-Guarani”. Faz uma breve descrição da organização social e costumes desse povo, localiza-os no “Internorte”, dizendo que para os Guarani há apenas uma terra demarcada, em Votouro, e em outros três lugares vivem nas terras Kaingang – Nonoai, Guarita e Cacique Doble.

Mansos e humildes no trato, são, porém, muito independentes e livres, e pouco vão na conversa do branco. Sua força é sua vida religiosa tradicional.
Não gostam de escola, porque eles pensam, com razão, que a escola não

¹⁰ Sete Povos é uma referência às 30 reduções dos Padres Jesuítas com o povo Guarani, entre 1610-1768, em particular aquelas sete que ficavam na margem esquerda do rio Uruguai, também conhecida como Banda Oriental, hoje território brasileiro.

vai lhes ensinar a manter as tradições e a autenticidade. (MELIÀ, 1984, p. 21, grifo nosso).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jesuítas, com Melià, iniciaram e terminaram um trabalho pastoral com os Kaingang na década de 1980. A indagação é se teria sido proposto um trabalho específico para Melià, porque a congregação não deu continuidade, que, afinal, estava apenas começando.

O que levou Melià a ser transferido para o Rio Grande do Sul e permanecer por lá quase uma década, talvez nunca saberemos, mas lá ele cumpriu com a missão que lhe foi atribuída. Melià (2019, *s.p.*) afirmava que “A missão é uma experiência de contato, com a finalidade de contar a história de Jesus”. Parece que ele a fez não necessariamente junto aos Kaingang e Guarani no Alto Uruguai (RS), mas entre os não indígenas.

A principal ação de Melià foi “civilizar” os civilizados, ensinar o que significava as palavras de Cristo de “compaixão”, “amor ao próximo” e a importância do respeito, que na visão dele essas premissas estavam totalmente ausentes da sociedade regional ao relacionar-se com os indígenas. No interior da Igreja criou um espaço de diálogo entre as dioceses, buscando romper com os isolamentos dos trabalhos por paróquia ou dioceses e criando uma rede de ações comuns em toda a região, denominada Pastoral Indigenista do Interdiocesano Norte, com encontros anuais de agentes de pastoral indígenas e não indígenas. Visitava às paróquias e dioceses para assessorias e orientações, além das visitas às comunidades indígenas.

A questão central proposta por Melià para o relacionamento com os povos indígenas estava no método. Propôs uma mudança radical na relação. A autonomia indígena e a defesa dos direitos passaram a ser a chave da relação. A catequização e sacramentalização dos indígenas católicos deveria ser uma passagem para um processo de libertação e não seu fim. Fazer o trabalho de catequese passou a ser uma ação social mais que um meio de evangelizar, muito embora o conceito de evangelização proposto não era necessariamente a conversão, mas o respeito e o diálogo com o outro.

Melià pouco fala dessa experiência nas entrevistas que concedeu ao longo dos anos. No caso do povo Enawenê-nawê, embora tenha passado cerca de dois

anos junto deles, marcaram profundamente seu modo de pensar e agir. Reconhece, no entanto, que esteve lá “[...] para escutar, aprender, marcar presença, mas sem muito proveito para um trabalho acadêmico” (2013, p. 195). No caso do Rio Grande do Sul não resultou em efeito acadêmico. O fato dele calar-se sobre o período é revelador do que significaram esses oito anos no Alto Uruguai. Percebemos que o tema que frustrou a experiência não era necessariamente os Kaingang, mas pelas relações interétnicas, embora nunca escondeu seu apreço aos Guarani. Quando o tema é mencionado, Melià (2004, *s.p.*) não esconde a frustração da experiência, denominada por ele de “fracasso”:

Com os Kaingang foi um fracasso, um pouco pela indefinição do meu trabalho, pois eu era oficialmente o Coordenador da Pastoral Indígena, portanto, minha entrada lá sempre esteve marcada por este fato. Tentei aprender a língua deles e não consegui.

É provável que a transferência para o Rio Grande do Sul ocorreu por questões internas da província, resultado de um desacordo ou questões que Melià observou com relação à Missão no Mato Grosso e desejava mudar, depois de ter ficado por dois anos como superior da Missão Anchieta naquele estado. Em algum momento ele avança temas de saúde, “[...] fiquei doente. Não foi nada de grave, simplesmente parasitas” (MELIÀ, 2010, *s.p.*). A doença não justificaria a transferência, porque não seria Miraguai a cidade mais indicada para ter bons atendimentos de saúde e fazer tratamento médico. Tampouco é possível dizer que Melià conhecia os Kaingang ou o Rio Grande do Sul, para ser a pessoa escolhida para tal trabalho. Nunca havia vivido no RS, e o conhecimento sobre os Kaingang se resumia a um único artigo, singelo, publicado em 1979.

Melià ficou em Miraguai 08 anos, provavelmente os mais difíceis e frustrantes de sua vida. Nunca escondeu essa frustração. O conhecemos em 1988 em um desses encontros de Pastoral Indigenista e tivemos a oportunidade de ouvi-lo em muitos momentos. Pós regresso ao Paraguai o tema da experiência em Miraguai praticamente não era mais mencionado. Os destaques eram para as aulas que lecionou na Fundação Missioneira de Ensino Superior – Fundames, em Santo Ângelo e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em São Leopoldo. Dessas atividades resultaram duas publicações referenciais para os estudos Guarani e das reduções – *O Guarani: uma bibliografia etnológica*, publicado pela Fundames tendo como coautores o Marcos Vinicius de Almeida Saul e

Valmir Francisco Muraro e a segunda obra, lançada apenas em 1995, *Guaraníes y jesuitas en tiempo de las misiones. Una bibliografía didáctica*.

Assim que Stroessner foi deposto, Melià imediatamente voltaria a Assunção: “Em 1989, o general Stroessner caiu, resultado de um golpe de estado. Imediatamente, voltei para o Paraguai. Em 1990 já estava radicado nesse país, onde vivo até hoje” (MELIÀ, 2010, s. p.) Ele estava tão ansioso pelo retorno que a transição para a nova coordenação de pastoral indígena foi sendo realizada após sua partida. Finalmente se reencontrou no país que escolheu viver. Curiosamente o trabalho por ele desenvolvido não foi continuado pelos Jesuítas. Quem assumiu a coordenação das Pastoral Indígenas do Interdiocesano Norte foi uma religiosa, irmã Rosirene Nascimento.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. “Nem tudo eram flores”: os indígenas, a Ditadura e o decreto de emancipação de 1978. In: BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade [CNV]. *Relatório: textos temáticos*. [volume 2]. Brasília, DF: CNV, 2014.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Rebeliões indígenas no sul do Brasil contra os arrendamentos, abusos e omissões da Funai. In: BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionísio (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. 2012. 611 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO [CIMI]. *Relatório: 20 anos* [online]. Chapecó: CIMI-SUL, 1991.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Schwarz, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Brasil, Rio Grande do Sul, Miraguai. *Gov.br*, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/miraguai/panorama>. Acesso em: 23 nov. 2021.

MALDANER, Bruno. Apresentação. In: MELIÀ, Bartomeu. *O Índio no Rio Grande do Sul. Quem foi, quem é e o que espera*. Frederico Westphalen: Coordenação da Pastoral Indígena Interdiocesano Norte, 1984.

MARCON, Telmo. O processo de aldeamento do indígena no Rio Grande do Sul. In: MARCON, Telmo (Coord.). *História e Cultura Kaingang no Sul do Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1994.

MELIÀ, Bartomeu. Entrevista: Palavras Ditas e Escutadas. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 181-99, 2013.

MELIÀ, Bartomeu. Perfil de Bartomeu Melià. *IHU – Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, edição 350, 2010. [Entrevista concedida a Márcia Junges]. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3650-perfil-de-bartomeu-melia>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MELIÀ, Bartomeu. Bartomeu Melià- Jesuíta, Linguísta e Antropólogo: Os Guarani como Compromisso de Vida. Entrevista. *Campos – Revista de Antropologia*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 167-82, 2004. [Entrevista concedida a Maria Isabel Malinowski e Selma Baptista]. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/campos%20/article/%20view%20File/%201641/1383>. Acesso em 23 abr. 2022.

MELIÀ, Bartomeu. *El Guarani Conquistado y Reducido: ensayos de Etno-historia*. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, 1986.

MELIÀ, Bartomeu. *O Índio no Rio Grande do Sul. Quem foi, quem é e o que espera*. Frederico Westphalen: Coordenação da Pastoral Indígena Interdiocesano Norte, 1984.

MELIÀ, Bartomeu. Informação etnográfica e histórica sobre os Kaingáng do Rio Grande do Sul. SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 3., 1979, Santa Rosa. *Anais* [...]. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1979. p. 173- 83.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA [MAPA]. Diretorias/Diretores-Gerais de Índios. *Gov.br* [online], Rio de Janeiro, 11 nov. 2016.

MOURA, Marlene Castro Ossami de. As assembleias de líderes indígenas no Brasil (1974-1984). In: BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

PARELLADA, Claudia Inês. O Paraná espanhol: cidades e missões jesuíticas no Guairá. In: PARANÁ; Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (Org.). *Missões: conquistando almas e territórios*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2009. p. 59-80.

PREZIA, Benedito (Org.). *Caminhada na luta e na esperança*. Retrospectiva dos últimos 60 anos da pastoral indígenista e dos 30 anos do Cimi. São Paulo: Loyola, 2003.

SCHWADE, Egydio. Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade. In: BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

TERRA dos Índios. [Entrevista com Thomaz Balduino]. Direção de Zelito Viana. Rio de Janeiro: Mapa Filmes do Brasil, 1979. Vídeo (107 min.), son., color.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WIKIPÉDIA. *Bartomeu Melià, s. l., s. d.* Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Bartomeu_Meli%C3%A0. Acesso: 20 dez. 2021.

Sobre o autor:

Clovis Antonio Brighenti: Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor de História no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, PR. **E-mail:** clovisbrighenti@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-8782-2239>

Recebido em: 05/01/2022

Aprovado para publicação: 26/04/2022